

Técnico do FMI se declara contra

expurgo

BRASÍLIA (O GLOBO) — O Diretor da Divisão do Brasil no Fundo Monetário Internacional, Thomas Reichmann, afirmou ontem que não é favorável à realização de expurgos em índices de preços, embora ressaltando que sua opinião é emitida em caráter pessoal. Reichmann acrescentou, ainda, que a decisão de expurgar, ou não, os índices de preços não depende do Fundo Monetário Internacional (FMI), mas apenas das autoridades brasileiras.

— Pessoalmente — afirmou — não gosto de expurgos.

A economista Ana Maria Jul, assistente da Divisão do Atlântico do FMI, informou que a missão de técnicos do Fundo ainda não conhece, em profundidade, a proposta anunciada pelo Governo, e isto dificulta sua avaliação sobre a viabilidade do expurgo. A disposição do FMI, segundo Ana Maria Jul, é discutir detalhadamente o assunto com as autoridades brasileiras.

A expectativa do Chefe da Divisão do Atlântico, Horst Struckmeyer, é de que novas medidas serão adota-

das pelo Governo brasileiro, o que permitirá uma avaliação mais precisa sobre os efeitos do pacote econômico adotado pelo Governo.

Ontem, os técnicos do FMI concentraram seu trabalho no ministério do planejamento. Percorreram, em grupos separados, diversos setores do Ministério, como a Secretaria Especial de Abastecimento e Preços (Seap), a Secretaria de Controle das Empresas Estatais (Sest), onde entrevistaram-se com o Secretário Nelson Mortada.

Struckmeyer informou que, junto à Seap, foi feita uma avaliação do sistema de controle de preços e de acompanhamento de custos, e qualificou de instrutivo o encontro. O mesmo termo foi utilizado pelo chefe da missão, Eduardo Wiesner, ao comentar o encontro com Mortada.

Entre os técnicos brasileiros consultados ontem, a opinião predominante foi a de que o expurgo inferior a cinco por cento em todos os índices de preços, anunciado pelo Assessor Especial para Assuntos Econômicos do Ministério do Planejamento, Akihiro Ikeda, não será suficiente para conter o impacto inflacionário provocado pelas medidas do pacote econômico adotado pelo Governo. Em

consequência, a elevação nominal do déficit público, praticamente, invalidaria as medidas adotadas para eliminar os subsídios responsáveis pela expansão desse déficit.

A grande dificuldade que o Governo está encontrando para se decidir por um expurgo mais amplo — que poderia ser aplicado nos meses posteriores a junho — está relacionada à correção cambial, à qual estão atreladas a correção monetária e o índice de inflação.

Há margem na política cambial para a promoção de um expurgo também na correção cambial, segundo acreditam os técnicos da área econômica, já que a competitividade dos produtos brasileiros de exportação pode prescindir de estímulos tão fortes como os adotados atualmente.

Mesmo levando em consideração a possibilidade de que as exportações brasileiras não sejam prejudicadas por menores desvalorizações do cruzeiro, o Governo terá que avaliar, ainda, os reflexos da medida sobre o endividamento público, fortemente atrelado às ORTNs com cláusula cambial.

— Esse é o nó da questão — afirmou um dos técnicos consultados.